

Globalização, identidade contemporânea e políticas públicas

Maria Verônica Pascucci*

RESUMO: Cientes de que qualquer política de educação deverá ser compreendida na sua relação com o contexto mundial abordamos, primeiramente, a temática do homem contemporâneo e a sua nova identidade, surgida como consequência do fenômeno da globalização à luz dos pensadores Stuart Hall e Hassan Zaoual. Num segundo momento analisamos o caminho percorrido pelo Banco Mundial no que diz respeito à elaboração de programas de desenvolvimento e suas implicações na área das Políticas Públicas para a Educação.

PALAVRAS-CHAVE: Globalização; Identidade; Sítios Simbólicos de Pertencimento; Políticas do Banco Mundial.

Tentando compreender as Políticas Públicas na área da Educação percorremos, primeiramente, o caminho das grandes mudanças globais e as consequências que elas trazem para a percepção da identidade individual e coletiva.

Na segunda parte do artigo apontamos para a influência dessas mudanças globais nas políticas educacionais que surgem entrelaçadas em diferentes sociedades do mundo globalizado.

Aquele indivíduo unificado do século XVIII passou por grandes mudanças e hoje parece ter perdido a sua identidade, a sua centralidade. Paralelamente a identidade cultural que surge no indivíduo como sentimento de pertencimento a um grupo, uma etnia, uma sociedade, um país, uma religião, apresenta as mesmas características, sobretudo no mundo ocidental.

Segundo Stuart Hall as concepções de identidade mudaram com o transcorrer do tempo. No Iluminismo o conceito de sujeito apontava para um indivíduo centrado, unificado “dotado das capacidades de razão, de consciência e ação”. O núcleo

* Professora Assistente do Departamento de Artes da Universidade Federal do Maranhão. Coordenadora do curso de Música da UFMA. Doutoranda em Educação pela UNESP, Marília, São Paulo. E-mail: veronicapascucci@hotmail.com

interior do indivíduo era seu centro, emergia no momento do nascimento e se desenvolvia ao longo da vida constituindo assim a sua identidade (Hall, 2005, p.11).

Já no fim do século XIX há uma mudança na concepção de sujeito na medida em que este passa a ser compreendido como um sujeito social que interage com outros indivíduos. Nessa interação, ele interioriza os elementos da cultura na qual está inserido apropriando-se assim do desenvolvimento histórico de toda a humanidade. A identidade é formada a partir dessa interação, desse diálogo permanente entre ele e os outros. Assim, o mundo interior e o mundo exterior apresentam-se profundamente interligados e interdependentes, o que traz como consequência estabilidade e equilíbrio tanto para o sujeito quanto para as sociedades. Vislumbra-se o novo homem moderno e se desenvolve paralelamente o estado, como aparato administrativo e burocrático.

Este modelo sociológico interativo, com sua reciprocidade estável entre “interior” e “exterior”, é, em grande parte, um produto da primeira metade do século XX. (...) Entretanto, exatamente no mesmo período, um quadro mais perturbado e perturbador do sujeito e da identidade estava começando a emergir dos movimentos estéticos e intelectuais associado com o surgimento do Modernismo. Encontramos, aqui, a figura do indivíduo isolado, exilado ou alienado, colocado contra o pano-de-fundo da multidão ou da metrópole anônima e impessoal¹.

Assim, no decorrer do século XX, perfila-se um novo indivíduo e uma nova sociedade. O surgimento dos estados capitalistas, a revolução industrial, as duas grandes guerras mundiais, as crises econômicas que afetam o mundo no decorrer do século, atingem o cerne do ser humano provocando profundas transformações individuais e sociais. Aquele indivíduo moderno do início do século, relativamente equilibrado e estável perde, de alguma forma, a sua identidade, ou melhor, ela se transforma como consequência dos fenômenos sociais mundiais do nosso tempo.

O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias e não resolvidas. Correspondentemente, as identidades que compunham as paisagens sociais “lá fora” e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as “necessidades” objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual

¹ HALL, 2005, p.32.

nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático.²

Sendo assim, o sujeito contemporâneo sofre uma mudança substancial no que diz respeito a sua identidade. Ele deverá assumir, no decorrer da sua vida, diferentes identidades, em diferentes locais e respondendo ao apelo das grandes mudanças nas sociedades nas quais se insere. Um fenômeno importante do nosso tempo é a perda ou abandono, voluntário ou imposto, do lugar de nascimento e conseqüentemente da tradição, da cultura, dos costumes, do sentimento de pertencimento. Por motivos sociais, políticos ou econômicos o homem abandona seu lugar de origem e se insere em outras culturas, em outras sociedades. Assim, se fragmenta e pluraliza a sua identidade. O sujeito caracteriza-se pela sua identidade “aberta, contraditória, inacabada e fragmentada” (Hall, 2005, p.46).

Não só os indivíduos foram alvo de mudanças, também as sociedades sofreram o impacto dos grandes acontecimentos e a identidade cultural, tornou-se, também, fragmentada e pluralizada. Talvez a mais importante dessas mudanças seja o fenômeno da *globalização*, a grande rede que intercomunica todos os seres, as comunidades, os países, as economias e o impacto que esses fenômenos têm na formação da identidade cultural dos povos, agora homogeneizada, hibridizada. Nas palavras de Stuart Hall:

No interior do discurso do consumismo global, as diferenças e as distinções culturais, que até então definiam a *identidade*, ficam reduzidas a uma espécie de *língua franca* internacional ou de moeda global, em termos das quais todas as tradições específicas e todas as diferentes identidades podem ser traduzidas.³

O autor Stuart Hall (2005) sustenta a idéia de que afirmar que as identidades nacionais estão sendo homogeneizadas é algo muito simplista e unilateral. Para ele existem três características da globalização que devem ser tidas em conta.

A primeira diz respeito a uma tendência que surge de forma paralela à homogeneização e que está relacionada à “fascinação com a *diferença* e com a mercantilização da etnia e da alteridade” (Hall, 2005, p.77). O que a globalização busca, na verdade, são possibilidades de mercado. Para isto, visualiza pólos de consumo e desenvolve neles seus programas. Assim, segundo Hall, o global não é

² HALL, 2005, p.12.

³ HALL, 2005, p.75-76.

um substituto do local, mas uma nova forma de articulação entre ambos. A globalização criaria então, novas “identificações globais” e novas “identificações locais”.

A segunda característica tem a ver com a forma de distribuição da globalização nos diferentes países, nas diferentes culturas, dentro de cada região e nos diversos estratos da população. Doreen Massey (Hall, 2005, p.78) aponta para uma grande desigualdade neste sentido e refere-se a uma “geometria do poder”.

A terceira característica considera a globalização como um fenômeno eminentemente ocidental tendo em conta as desigualdades entre o “Ocidente” e o “Resto”. Segundo Hall:

Na última forma de globalização, são ainda as imagens, os artefatos e as identidades da modernidade ocidental, produzidos pelas indústrias culturais das sociedades “ocidentais” (incluindo o Japão) que dominam as redes globais. A proliferação das escolhas de identidade é mais ampla no “centro” do sistema global que nas suas periferias. Os padrões de troca cultural desigual, familiar desde as primeiras fases da globalização, continuam a existir na modernidade tardia.⁴

Acreditamos que um aspecto importante desta última característica é a grande migração ocorrida desde meados do século XX no mundo. Por causa da miséria, de lutas políticas, guerras localizadas, interesses culturais, etc., o mundo parece ter ficado pequeno e a Terra é o novo país de muitos. As fronteiras parecem ter sido derrubadas e nada nos impede de atravessá-las sem dificuldades. Assim, os países mais desenvolvidos acolhem pessoas vindas de todos os cantos. Basta passear por algumas cidades como Londres, Paris, Frankfurt, Berlin, ou simplesmente observarmos os tipos de pessoas que andam nos aeroportos mais importantes, para percebermos a desapareição das fronteiras. Os países que acolhem os novos moradores vêm-se frente a grandes dificuldades já que muitos dos imigrantes permanecem na ilegalidade nos seus novos países ou se são oficialmente integrados, não o fazem no que diz respeito as seus costumes e suas tradições. Citamos como exemplo, o drama dos turcos na Alemanha. Eles participaram da reconstrução deste país depois da segunda guerra. Tiveram filhos que, por sua vez, tiveram filhos. Culturalmente não se integraram à Alemanha, tornando-se estrangeiros na Alemanha e também na Turquia. Para conceder a

⁴ HALL, 2005, p.79.

nacionalidade, a Alemanha exige que os turcos renunciem à sua nacionalidade, o qual não é aceito pela comunidade turca que mora naquele país. Este drama de identidades também pode ser observado na França e na Inglaterra com os homens nascidos nas colônias, sobretudo na África que vêm à possibilidade de sair da miséria imigrando para a terra que outrora lhes dera a sua nacionalidade. Poderíamos citar muitos outros exemplos, basta seguir as notícias da mídia para perceber a dimensão deste novo drama moderno, desta diáspora que abre as portas do novo milênio. Importante aqui é ressaltar a pluralidade das novas culturas, agora hibridizadas, e das novas identidades contemporâneas.

Diante deste quadro, que por vezes parece sombrio, cabe a pergunta: para onde aponta o caminho? Quais são as possibilidades do homem contemporâneo?

Hassam Zaoual, economista e pensador contemporâneo, critica o modelo de desenvolvimento imposto aos países do Sul e aponta para os resultados desastrosos surgidos como consequência da implantação e execução de ditos planos, sobretudo no que diz respeito à pobreza. Nesses planos de desenvolvimento está inserida a idéia de ocidentalização do mundo, sob um modelo hegemônico que ignora as características locais, culturais e sociais de cada país e de cada região.

No momento assistimos atônitos a uma crise econômica de grandes dimensões que atinge muitos países apesar dela ter se originado na economia norte-americana. Como uma bola de neve a crise se alastra derrubando bancos e atingindo empresas e indústrias de renome internacional. Talvez o pensador Zaoual esteja certo ao afirmar que as políticas de ocidentalização do mundo trazem inseridas, nas falhas da sua estrutura, a sua própria destruição.

Nas suas palavras:

A busca desesperada da uniformidade leva inelutavelmente a modelos sociais explosivos. A mundialização sob o jugo de um só e único modelo, predatório com relação a recursos naturais e destruidor da diversidade, gera de fato as condições de uma guerra de civilizações e de culturas.⁵

Sendo assim, a ideologia de progresso está esgotada e ameaçada. O modelo de acumulação e domínio econômico distancia-se da ética e das culturas, distancia-

⁵ ZAOUAL, 2003, p.86.

se do próprio Homem, seja ele dos países do Norte ou dos países do Sul. Zaoual fundamenta sua hipótese:

(...) argumentada a partir do fracasso do desenvolvimento econômico nos países do Sul e da multiplicação das anomalias sociais e ambientais nos países globalmente ricos, segundo os critérios da cultura de progresso do capitalismo. A proliferação dos riscos e das incertezas indica a existência da crise da civilização do capitalismo no mesmo momento em que parece estar dominando o mundo.⁶

O autor apresenta uma nova alternativa propondo a releitura dos problemas surgidos da globalização. Se bem é verdade que a globalização dispersou o homem e a cultura e que ambos tornaram-se fragmentados, por outro lado uma volta ao sítio, ao local, permitiria, segundo o autor, um re-encontro com as raízes, com a cultura, com uma ideologia, elementos estes que funcionam como estrutura de sustento do próprio indivíduo.

Acreditamos que, de fato, há um distanciamento do homem em relação as suas raízes e que os desafios contemporâneos o levaram a transpor as fronteiras em busca de novos horizontes. Mais do que numa ruptura ou numa perda das raízes, acreditamos que há um distanciamento das mesmas, mas, também, uma nova forma de se relacionar com elas desde uma perspectiva mais ampla, enriquecida pelas experiências que o indivíduo realiza na sua saída e na sua caminhada por outras culturas, outras geografias, outras ideologias.

As pesquisas do autor estão centradas no “local” e no seu diálogo com o “global” e a sua proposta, como paradigma do futuro, é a teoria dos “sítios simbólicos de pertencimento”. O sítio não é somente um local de pertencimento no sentido geográfico, ele é também um sítio simbólico na medida em que une os homens nas suas religiões, culturas e ideologias. Nas palavras do autor:

Enquanto “pátria imaginária”, um sítio é, antes de tudo, uma entidade imaterial, logo, invisível. Impregna de modo subjacente os comportamentos individuais e coletivos e todas as manifestações materiais de um dado lugar (paisagem, habitat, arquitetura, saber fazer, técnicas, ferramentas, etc.).⁷

⁶ ZAOUAL, 2003, p.35.

⁷ ZAOUAL, 2003, p.112.

Esses sítios de pertencimento permitiriam aos seus integrantes encontrar soluções individuais, locais, para seus problemas e colocar em jogo toda a sua criatividade no encontro de novos caminhos. Ao contrário do *homo economicus* surgido do discurso da globalização, do modelo único e homogeneizado, Zaoual aponta para o nascimento do *homo situs*, surgido em conseqüência do desejo das pessoas de se sentirem inseridas em seus locais de pertencimento.

A cultura do sítio está no horizonte dos paradigmas do futuro. É ela que constitui o cadinho dos modos de organização e de estímulo dos atores locais em torno das mudanças necessárias. O sítio funciona assim como um perito cognitivo e coletivo. Ele desencadeia mecanismos de cooperação que estabilizam a desordem inerente aos organismos sociais.⁸

Para o autor, quanto mais cresce o global mais aumenta o sentimento do local. Uma das razões deste paradoxo seria o fato da globalização, no seu intuito de mercantilizar o mundo, provocar nos seres humanos um sentimento de incerteza e de vertigem. A proposta do autor é, justamente, a de reconhecer a diversidade, adotar uma pedagogia da escuta e do acompanhamento. Para isso “é imperativo que se desconstrua o paradigma do mercado como o centro nervoso da globalização” (idem, p.18). Assim, interdisciplinaridade, interculturalidade e interação seriam os novos elementos constitutivos que permitiriam uma melhor aproximação dos “espaços vividos” pelos homens.

Nesta primeira parte do nosso trabalho tentamos caracterizar, em termos gerais, as grandes mudanças globais e o quanto elas influenciam o homem moderno, as novas culturas e as novas identidades, como elas afetam o sentimento de identidade individual e coletiva. Apontamos também para as propostas do pensador Hassan Zaoual relacionadas aos “sítios simbólicos de pertencimento”.

Pretendemos, a seguir, analisar as políticas educacionais surgidas como conseqüência das grandes mudanças mundiais, as quais se inserem entrelaçadas em diferentes sociedades do mundo globalizado.

Sabemos o quanto estas mudanças têm a ver com interesses econômicos, com a produção, o mercado, os jogos de poder entre as grandes potências mundiais e seus desejos de expansão e apropriação de novos espaços. Encontramo-nos perante a globalização do capital, base das políticas macroeconômicas, que levou

⁸ ZAOUAL, 2003, p.103.

alguns países a se unir integrando seus mercados e até as suas moedas como é o caso da União Europeia. Assistimos também a uniões, vendas e novas fusões de grandes empresas nacionais e internacionais, em nome do lucro e da produção global.

A globalização do capital e tudo que tem a ver com ele influenciam os países chamados periféricos, ou países do terceiro mundo, que procuram acirradamente manter-se em condições favoráveis de competitividade e produtividade. Para isto, esforçam-se em seguir critérios universalmente aceitos e se adaptar aos padrões macroeconômicos mundiais.

Cabe aqui mencionar duas instituições internacionais que cumprem um papel fundamental na articulação deste jogo entre os diferentes países e suas economias, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

O Grupo Banco Mundial surge na conferência de Bretton Woods, em 1944, na qual estavam presentes 44 países que discutiram propostas para a concepção de um novo sistema financeiro que ajudaria a fomentar o desenvolvimento e combater a pobreza. Assim, o Banco passa a financiar a reconstrução dos países envolvidos na Segunda Guerra. Sua tarefa continua até os dias de hoje; elabora projetos de desenvolvimento em seus quase 190 países membros e oferece empréstimos aos mesmos para pagar em longo prazo.

O Fundo Monetário Internacional tem como finalidade dar aconselhamento técnico, supervisão e ajuda financeira imediata aos países membros assegurando, assim, a regulação do sistema financeiro internacional.

Entre as décadas de 50 e 70 o Banco Mundial investiu na industrialização dos países do terceiro Mundo querendo, desta forma, combater a pobreza e inseri-los na economia mundial. No entanto, a pobreza e as desigualdades sociais aumentaram consideravelmente motivo pelo qual o Banco abriu investimentos na educação, na agricultura e nos setores sociais.

Na área da educação surgiram projetos importantes, alguns países elaboraram políticas educacionais semelhantes e, em muitos casos, foram copiados modelos que “deram certo” em alguns outros países. Esses modelos traziam consigo receitas e projetos de financiamento que, na maioria das vezes, mais respondiam a interesses econômicos do que educacionais.

Em relação aos projetos, o Banco não incluiu, em nenhum momento, os destinatários de seus modelos e programas na busca de soluções e na elaboração

de planos de desenvolvimento. Assim, os programas foram impostos de forma hierárquica, de cima para baixo, excluindo aqueles para os quais os mesmos tinham sido elaborados. Nas palavras de Zaoual:

Todas as experiências de luta contra a miséria do mundo mostra que quem detém o discurso sobre uma situação apropria-se do poder de influenciar o percurso dele e de colher os efeitos dinamizadores, tanto do ponto de vista de seu conhecimento quanto do de sua legitimidade simbólica.⁹

Somos cientes de que uma política desta natureza só contribuiu para aumentar a pobreza na medida em que os verdadeiros envolvidos, ao serem excluídos, adotaram uma postura apática, de não participação, e os responsáveis pela elaboração dos planos, na verdade, só monopolizaram o poder. Segundo Zaoual, este é o círculo vicioso da pobreza.

A competência postulada dos especialistas e dos tomadores de decisão perpetua a incompetência dos atores do sítio onde, em outros termos, a incompetência eventual dos primeiros é substituída pela competência potencial dos segundos. Assim, estabelece-se o círculo vicioso da pobreza.¹⁰

No que diz respeito à Educação, o fracasso dos primeiros modelos levou o Banco Mundial, nos anos 90, a adotar novas estratégias e novas políticas centradas no nacional, no regional, no local. Assim, a “descentralização” passou a ser o novo lema do Banco e, nesse cenário, a educação ocupa lugar privilegiado. A estratégia é melhorar a qualidade do ensino apontando para uma maior participação dos envolvidos e admitindo que “as mudanças não podem ser impostas de fora” (Bueno, 2006, p.92). Investe-se na formação de consensos e na qualidade do ensino a fim de alcançar maior desenvolvimento. Nas palavras de Sylvia Bueno:

Apresentada como estratégia chave das reformas da educação, a descentralização é associada diretamente, no início dos noventa, e até um pouco antes, à melhoria da qualidade de ensino. Todavia, críticas constantes arrefecem esse entusiasmo e seu sucesso passa a ser associado à concretização de subcategorias a ela imbricadas, tais como: participação, envolvimento, responsabilização, empoderamento.¹¹

⁹ ZAOUAL, 2003, p. 76.

¹⁰ idem, p.77.

¹¹ BUENO, 2006, p.89.

Para entender as dimensões da descentralização apontamos aqui as conclusões do Congresso Internacional sobre Planejamento e Administração da Educação, realizado em 1990. Nelas já é visível a tendência do Banco de ampliar o número de atores envolvidos nos seus projetos, ou melhor, um movimento em direção às “bases”:

(...) descentralizar não significa necessariamente enfraquecer o papel do Estado e sim desenvolver determinados aspectos de sua atuação em detrimento de outros e promover a assunção de novas responsabilidades na busca sistemática de consensos entre o número crescente de atores que intervém na área educacional.¹²

No que diz respeito à Sudamérica, o próprio Banco Mundial elaborou um documento com propostas de reformas educativas para América Latina. Trata-se do trabalho intitulado “Para além do consenso de Washington: a importância das instituições”, traduzido pela professora Dra. Maria Sylvia Simões Bueno em colaboração com um dos seus doutorandos. Neste documento, no capítulo sete, são mostrados modelos de administração bem sucedida já experimentados em Nova Zelândia, Austrália, Reino Unido e América Latina.

Para o Banco os modelos experimentados em Minas Gerais, no Chile e El Salvador são referências de sucesso total, produtos de reformas educacionais exemplares. Já na República Dominicana o processo de reforma teria se diluído ao longo da sua implantação e na Colômbia a falta de consenso seria responsável pelo insucesso do mesmo.

Importante para o objetivo deste trabalho é destacar que o Banco Mundial não aceita uma pluralidade de modelos. Pelo contrário, apresentou no início um modelo hierárquico baseado numa filosofia de racionalidade técnica. Esse modelo fracassou e foi substituído, numa nova gestão pública, por um modelo permeado de racionalidade econômica. Em ambos os casos são os países centrais e investidores do Banco quem dão as coordenadas dos programas a serem aplicados. Neste sentido Sylvia Bueno ressalta:

Suas preocupações mais claras estão voltadas para o setor econômico-financeiro e, quando se voltam para a educação, apresentam-se a medida que uma educação ineficaz - distanciada

¹² BUENO, 2006, p.101.

dos valores do mercado - ameaça a economia de um país ou um grupo.¹³

Num terceiro momento o Banco, ao se basear na descentralização, procura transformar-se em “Banco do Conhecimento”, proposição esta defendida por seu presidente Wolfensohn, em 1998, num discurso à Cúpula das Américas. Nele, Wolfensohn aponta para um novo espírito de abertura, de flexibilidade e parceria. De fato, a partir desse momento, o Banco passa a produzir grande número de documentos de orientação para gerar mais recursos que subsidiem novos planos de ação.

Para fortalecer a descentralização o Banco investe em novos projetos com o intuito de fortalecer a administração financeira pública por um lado e estimular a participação das pessoas e das comunidades na realização dos projetos, por outro.

Ao longo destes anos todos, o Banco tem procurado preservar a sua imagem e se adaptar às novas condições exigidas, às novas circunstâncias, mostrando verdadeiro interesse pelas realidades locais e se esforçando para chegar a consensos onde todos são incluídos.

Se bem é verdade que ainda não se chegou a uma situação ideal vemos, na nova postura do Banco, um desejo de respeitar as diversidades, de incluir as pessoas da base, de levar em conta as idiossincrasias locais e regionais. Parece-nos que, talvez, essa nova política vai ao encontro dos chamados “sítios simbólicos de pertencimento” aos quais Zaoual se refere como novo paradigma do futuro.

Referências

BUENO, M. Sylvia: Descentralização do Ensino: para além do Consenso. **Interfaces entre Política e Administração da Educação: Algumas Reflexões**. Marília, Fundepe Publicações, 2006.

_____ O Banco Mundial e Modelos de Gestão Educativa para América Latina. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 122. p. 445-466. Maio - Ago. 2004.

HALL, S.: **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Trad. T. T. da Silva e G. L. Louro. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2005.

¹³ BUENO, 2004, p.463.

MORROW, R. e TORRES, A.: O Estado, os Movimentos Sociais e a Reforma Educacional. TORRES, C. A.(org.) **Teoria Crítica e Sociologia Política da Educação**. São Paulo, Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

ZAOUAL, H.: **Globalização e Diversidade Cultural**. São Paulo, Cortez, 2003.